



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

*Discurso na cerimônia de posse
dos conselheiros do Conselho
Nacional de Educação*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 26 DE FEVEREIRO DE 1996

Senhor Vice-Presidente; Senhores Ministros;

Não vou fazer discurso, não. Quero só expressar a minha satisfação por poder contar com a cooperação de tão representativos personagens, como os senhores, que foram nomeados a partir, como disse o Ministro Paulo Renato, de várias indicações. Naturalmente, tem que haver uma certa triagem, uma certa escolha do Presidente, mas foi baseada em indicações, porque o nosso propósito era de transformar esse Conselho em algo que não fosse manipulável politicamente, que não fosse um órgão para servir, como já foi referido aqui também, a um governo, mas que fosse para servir à educação.

Eu me alegro de os ver. Muitos dos senhores são conhecidos antigos. Até ex-alunos tenho aqui e vários colegas. Mas, ao serem apresentados a mim, notei que têm uma ampla representação regional e também de níveis de ensino e de tendências, o que me parece positivo.

Acho que temos que colocar muita ênfase na questão educacional, e não em palavras. O Ministro Paulo Renato tem feito um trabalho extraordinário, nesse sentido de rever as tendências, tanto aquela de

gastar todos os recursos federais somente num nível de ensino, ao contrário do que manda a Constituição, dando, portanto, muita importância ao ensino básico, ao ensino fundamental, mas, também, no sentido de que vamos descentralizar efetivamente o problema educacional brasileiro.

Não cabe ao Governo Federal transformar-se, aqui, num gestor de cada decisão em nível local, nem de estar se intrometendo nos níveis municipais e estaduais e nas autonomias universitárias. Cabe ao Governo Federal definir a filosofia, dar os recursos e, dentro do possível, controlar, para que a execução seja correta – uma execução que leve em consideração os objetivos que o País tem em matéria educacional –; e, sobretudo, quebrar elos clientelistas. Custe o que custar, estaremos quebrando esses elos – com muitas dificuldades –, não tanto do setor educacional como de outros setores; mas estaremos quebrando-os, porque significa quebrar o poder das burocracias e de setores anacrônicos da vida política brasileira.

Todas as vezes em que digo isso, naturalmente, no dia seguinte, há repercussões negativas: “O que o Presidente está dizendo não é verdade...” Vou continuar dizendo. Vou continuar dizendo porque é preciso quebrar o clientelismo, essa política anacrônica que se serve dos meios públicos e não os utiliza para o serviço público. Por sorte, ela não tem mais apoio no Congresso Nacional, que percebeu que é preciso mudar, que é preciso ter uma atitude diferente, que temos que prestar mais atenção às políticas do que aos políticos. E a função de quem exerce o poder público é de encorajar políticas que tenham sustentação na sociedade e que sirvam, efetivamente, para beneficiar o País.

Acredito que não há nada mais importante, e sublinho, nada mais importante do que uma transformação educacional. A saúde – cadê o Professor Êzio Cordeiro? –, que é fundamental, só terá eficácia na medida em que ela vier a ter, como vai se transformar crescentemente, um Ministério da Saúde orientado para a prevenção. Se houver educação. Senão, é inviável, mesmo sendo

também, repito, uma questão fundamental, como é a da saúde. E assim no que diz respeito às outras esferas da sociedade brasileira.

Educação é fundamental. E isso, hoje, não são palavras, não é o Presidente, ou o Vice-Presidente, não são os Ministros que dizem. São questões que têm a ver com o sentimento de todos nós, brasileiros.

Agradeço muito e espero firmemente que, com essa cooperação, nós possamos dar um grande impulso na direção de restabelecer, para a educação, uma posição de centralidade nas decisões nacionais.

Muito obrigado e boa sorte.